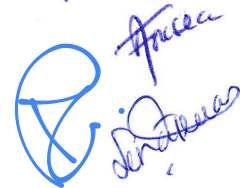


APAFID - ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE APOIO, FORMAÇÃO E INVESTIGAÇÃO EM DISLEXIA

**RELATÓRIO E CONTAS
2023**





Assesora
Diretora

APAFID - ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE APOIO, FORMAÇÃO E INVESTIGAÇÃO EM DISLEXIA

Sede Social: Rua Formosa, número 62, R/C Esquerdo, concelho e freguesia da Guarda

N.º de Contribuinte: 509765637

Relatório de Gestão

R. H. P.
F. J. S.
Dr. J. S.

Introdução

Nos termos das disposições aplicáveis, a Direcção da APAFID - ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE APOIO, FORMAÇÃO E INVESTIGAÇÃO EM DISLEXIA, apresenta o RELATÓRIO DE GESTÃO referente ao exercício de 2023.

Evolução da atividade da Associação

A atividade da Associação desenvolveu-se de forma normal em 2023, tendo-se executado as atividades que passamos a descrever:

- Avaliações e acompanhamentos em Psicologia, Terapia da Fala, Psicomotricidade e Acompanhamento Pedagógico;
- Foram desenvolvidas atividades lúdico-pedagógicas, tais como o DISCAMP, que decorreu na Escola Agrícola da Lageosa de Belmonte, tendo havido atividades de orientação espacial, biodiversidade e relaxamento, nas duas noites e três dias em que decorreu;
- Elaboração e aprovação de diferentes projetos, nomeadamente, o Projeto “Promoção de Inteligência Emocional” operacionalizado nos estabelecimentos de ensino pré-escolar pertencentes à Junta de Freguesia da Guarda (entidade parceira) e, ainda o Projeto “Promoção de Competências Socioemocionais” direcionado para crianças a frequentar o 1º e 2º Ciclo de Estudos. Este último é operacionalizado em parceria com a ADM - Estrela e monitorizado nas instalações das mesmas;
- Novas parcerias com 4 Agrupamentos de Escolas (Frei Heitor Pinto, Almeida, Lâ e Neve e Quinta das Palmeiras), no âmbito do Centro de Recursos para a Inclusão.

Durante este ano, a associação necessitou de ampliar as suas instalações, alugando um novo espaço, com mais 3 salas de trabalho.



Evolução da situação económica e financeira

Da análise das contas de exploração da APAFID, constata-se que o resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos (EBITDA) foi positivo em 2023 e 2022. Para esse facto, contribuiu fundamentalmente a rubrica de serviços prestados e subsídios.

Rubrica	2022	2023
Vendas e serviços prestados	34.323,40	62.678,98
Subsídios à exploração	37.619,38	56.514,70
Fornecimentos e serviços externos	25.163,57	29.933,93
Gastos com o pessoal	37.312,73	59.883,54
Imparidades de dívidas a receber		
Reversão de Imparidade	2.213,80	
Outros rendimentos e ganhos		
Outros gastos e perdas	227,01	1.032,78
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	11.453,27	28.243,43
Depreciação e de amortização	866,45	866,45
Resultados operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	10.586,82	27.376,98
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros e gastos similares suportados		5,26
Resultados antes de impostos	10.586,82	27.371,72
Imposto sobre rendimento do período		
Resultado líquido do período	10.586,82	27.371,72

Relatório e Contas 2023 - APAFID

Handwritten signatures and initials in blue ink.

Face aos meios financeiros da associação não existe necessidade de recorrer a financiamentos bancários, pelo que os custos de financiamento têm sido nulos. Em termos de resultados líquidos dos períodos, 2023 apresentou resultado líquido e verificou-se no presente exercício uma continuação dos resultados positivos, implicando assim que, as reservas acumuladas contabilizadas, em 31/12/2023 são de 41.129,06 euros.

No mapa quadro abaixo apresenta-se a evolução patrimonial e financeira da associação para o período de 2021 a 2022.

RUBRICAS	2022	2023
ACTIVO		
Activo Não Corrente		
Ativos Fixos tangíveis	1.588,75	722,30
Investimentos Financeiros	217,99	273,49
Activo Corrente		
Clientes	37,20	7.212,15
Outras contas a receber	13.555,00	12.531,91
Diferimentos	64,81	193,30
Caixa e Depósitos bancários	52.655,94	58.682,00
Total Activo	68.119,69	79.615,15
FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO		
FUNDOS PRÓPRIOS		
Resultados transitados	30.542,24	41.129,06
Resultado líquido do exercício	10.586,82	27.371,72
Total Fundos Próprios	41.129,06	68.500,78
PASSIVO		
Passivo Corrente		
Fornecedores	356,48	0,00
Estado e outros entes públicos	2.418,79	1.618,46
Diferimentos	18.711,00	0,00
Outras contas a pagar	5.504,36	9.495,91
Total Passivo	26.990,63	11.114,37
Total dos Fundos Próprios e do Passivo	68.119,69	79.615,15

Sabendo que o balanço reflete a situação financeira de uma entidade em determinado momento do tempo, afigura-se referir a posição financeira da APAFID em 31 de dezembro de 2023:

R
J
Focus on
Andrews
R.

- Na senda do exposto, os fundos próprios são de 68.500,78 euros, fundamentalmente, em consequência dos resultados obtidos ao longo dos anos.

Comparação com o ano anterior

- Os fundos próprios aumentaram em termos líquidos em 27.371,72 euros, diretamente influenciados com a incorporação do resultado líquido do ano transato em resultados transitados, e também do resultado líquido positivo verificado no presente ano.

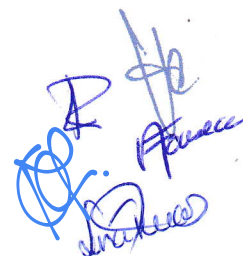


Aplicação do resultado líquido do exercício económico

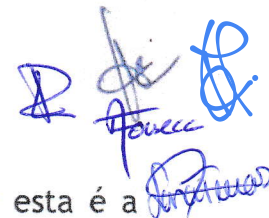
Relativamente à aplicação do resultado líquido do exercício, positivo, de 27.371,72 euros (vinte e sete mil, trezentos e setenta e um euros e setenta e dois cêntimos), a Direção propõe que transite para a conta resultados transitados.

[Handwritten signatures in blue ink]
J. Almeida
R. Almeida
R. Almeida

Balanço

Handwritten signatures in blue ink, including a large stylized 'R' and 'H' and several smaller signatures.

Demonstração de resultados por natureza



Anexo às demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em euros, dado que esta é a moeda utilizada no ambiente económico em que a Associação opera.

A Direção é de opinião que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da associação, bem como a sua posição e desempenho financeiro.

No anexo apenas serão relatados os pontos que merecem comentários sobre a situação económica e financeira da APAFID no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e comparativamente com o período anterior.

1. Identificação da entidade

A APAFID é uma associação de direito privado, sem fins lucrativos, com o número de identificação fiscal 509765637, fundada em 2010, que tem a sua sede social na Rua Formosa, número 62, rés-do-chão esquerdo, concelho e freguesia da Guarda.

Conforme o disposto no Artigo 2º dos Estatutos, a Associação tem por fim apoiar crianças, jovens e adultos disléxicos e seus familiares.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

Em 2018, as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de junho, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 98/2015 de 2 de junho. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização Contabilística para Entidades do Sector Não Lucrativos é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) - Portaria n.º 220/2015 de 24 de julho;
- Código de Contas (CC) - Portaria n.º 218/2015 de 23 de julho;
- NCRF-ESNL - Aviso n.º 8259/2015; e
- Normas Interpretativas (NI).

3. Principais Políticas Contabilísticas

3.1. Bases de apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

3.1.1. Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou

financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

R. K.
Fonseca
Antunes

3.1.2. Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

3.1.3. Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

3.1.4. Materialidade e Agregação

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.5. Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.6. Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada;
- c) Razão para a reclassificação.

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registros contabilísticos da associação, de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro.

[Handwritten signatures and initials in blue ink, including "R", "H", "P", "A", "F", "I", "D", "A", "P", "A", "F", "I", "D", "A", "P", "A", "F", "I", "D"]

3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração

a) Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis adquiridos até 31 de dezembro de 2009 e após aquela data, encontram-se registrados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações.

O custo de aquisição inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida.

As depreciações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método de base linear, numa base anual, de acordo com as seguintes vidas úteis estimadas para cada grupo de bens:

Deste modo, as depreciações foram calculadas com base nas taxas constantes no Decreto Regulamentar n.º 2/1990 de 12 de janeiro e no Decreto Regulamentar n.º 25/2009.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate destes ativos são determinadas como a diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação/abate, sendo ou "Outros gastos e perdas".

b) Instrumentos financeiros

b.1) Dívidas de clientes

As dívidas de terceiros são registadas pelo seu valor nominal e apresentadas no balanço deduzidas de eventuais perdas por imparidade, reconhecidas na rubrica "Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)", de forma a refletir o seu valor realizável líquido.

As perdas por imparidade são registadas na sequência de eventos ocorridos que indiquem, objetivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido. Para tal, a empresa tem em consideração informação de mercado que demonstre que o cliente está em incumprimento das suas responsabilidades, bem como informação histórica dos saldos vencidos e não recebidos.

b.2) Dívidas de associadas

As dívidas de associadas são registadas pelo seu valor nominal e apresentadas no balanço deduzido de eventuais perdas por imparidade, reconhecidas na rubrica "Imparidade de outros devedores (perdas/reversões) ", de forma a refletir o seu valor realizável líquido.

As perdas por imparidade são registadas na sequência de eventos ocorridos que indiquem, objetivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido. Para tal, a Associação tem em consideração informação de mercado que demonstre que a associada está em incumprimento das suas responsabilidades, bem como informação histórica dos saldos vencidos e não recebidos.

b.3) Fornecedores e dívidas a terceiros

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros que não vencem juros são registadas pelo seu valor nominal.

b.4) Caixa e equivalentes de caixa

Os montantes incluídos na rubrica "Caixa e equivalentes do caixa" correspondem aos valores de caixa e depósitos bancários e que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de alteração de valor.

c) Especialização de exercícios

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime de acréscimo. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas "Outras contas a receber e a pagar" ou "Diferimentos".

d) Impostos sobre o rendimento do período

Os impostos sobre o rendimento registados em resultados incluem apenas o efeito dos impostos correntes. O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base nos resultados tributáveis das operações quando a entidade exerce uma atividade de natureza comercial, industrial e/ou de prestação de serviços.

e) Subsídios, doações e legados à exploração

Os subsídios à exploração são registados na rubrica "Subsídios", independentemente da data do seu recebimento, no período a que dizem respeito. Os subsídios atribuídos a fundo perdido para financiamento de ativos fixos são registados no balanço como "Outras variações no capital próprio", e reconhecidos na demonstração dos resultados proporcionalmente às reintegrações dos ativos subsidiados.

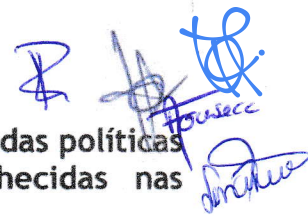
f) Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem provas ou informações adicionais sobre condições que existiam à data do balanço ("acontecimentos que dão lugar a ajustamentos") são refletidos nas demonstrações financeiras da empresa. Os eventos após a data do balanço que sejam indicativos de condições que surgiram após a data do balanço ("acontecimentos que não dão lugar a ajustamentos"), quando materiais, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

g) Julgamentos e estimativas

Na preparação das demonstrações financeira, a Direção da associação baseou-se no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes considerando determinados pressupostos relativos a eventos futuros.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data de preparação das demonstrações financeiras. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas. Alterações a estas estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas em resultados, de forma prospetiva, conforme disposto na NCRF 4.



3.3. Juízos de valor que o órgão de gestão fez no processo de aplicação das políticas contabilísticas e que tiveram maior impacto nas quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras

Na preparação das demonstrações financeiras de acordo com as NCRF, a Direção utiliza estimativas e pressupostos que afetam a aplicação de políticas e montantes reportados. As estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência de eventos passados e outros fatores, incluindo expectativas relativas a eventos futuros considerados prováveis face às circunstâncias em que as estimativas são baseadas ou resultado de uma informação ou experiência adquirida.

3.4. Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da associação, mantidos de acordo com princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Os eventos ocorridos após a data do balanço que afetem o valor dos ativos e passivos existentes à data do balanço são considerados na preparação das demonstrações financeiras do período. Esses eventos, se significativos, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

4. Fluxos de caixa

4.1. Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários

Em 31.12.2023 e em 31.12.2022 o saldo de caixa e de depósitos bancários decompunha-se da seguinte forma:

Meios financeiros líquidos constantes do balanço	2023	2022
Caixa	8.748,70	36.152,34
Depósitos bancários	49.933,30	16.503,60
Totais	58.682,00	52.655,94

5. Ativos fixos tangíveis

5.1. Divulgações sobre ativos fixos tangíveis

a) Bases de mensuração

Os ativos tangíveis estão valorizados de acordo com o modelo custo, segundo o qual um item do ativo fixo tangível é escriturado pelo seu custo menos qualquer depreciação acumulada.

b) Método de depreciação usado

A associação amortiza os seus bens do ativo fixo tangível de acordo com o método da linha reta. De acordo com este método, a depreciação é constante durante a vida útil do ativo se o seu valor residual não se alterar.

c) Vidas úteis e taxas de depreciação usadas

As depreciações do exercício são calculadas de acordo com o referido na nota 3.1a).

5.2. Depreciação, reconhecida nos resultados ou como parte de custo de outros ativos durante o período

5.3. Depreciação acumulado no final do período

6. Réditos

6.1. Políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento do rédito incluindo os métodos adotados para determinar a fase de acabamento de transações que envolvam a prestação de serviços

A associação reconhece os réditos de acordo com o seguinte critério:

a) Prestações de serviços - são reconhecidas na demonstração dos resultados com referência à fase de acabamento da prestação de serviços à data do Balanço.

6.2 - Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período incluindo o rédito proveniente de:

6.3 - Repartição das prestações de serviços por mercados

7. Contabilização dos Subsídios, doações e legados à exploração

7.1. Políticas contabilísticas adotadas

Os subsídios são reconhecidos de acordo com o justo valor quando existe uma garantia razoável que irão ser recebidos e que a empresa cumprirá as condições exigidas para a sua concessão.

Os subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis são inicialmente reconhecidos nos capitais próprios, sendo posteriormente reconhecidos na demonstração dos resultados numa base sistemática e racional durante os períodos contabilísticos necessários para balanceá-los com os gastos relacionados.

Os subsídios relacionados com rendimentos (por exemplo, para assegurar uma rentabilidade mínima ou compensar deficits de exploração) são reconhecidos como rendimentos do próprio exercício.

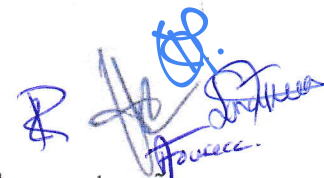
7.2. Natureza e extensão dos subsídios reconhecidos nas demonstrações financeiras e indicação de outras formas de apoio do governo

8. Acontecimentos após a data do balanço

8.1. Autorização para emissão

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Direção no dia 26 de abril de 2024. No entanto os associados poderão em Assembleia Geral não aprovar as presentes demonstrações e solicitar alterações.

8.2. Atualização da divulgação acerca das condições à data do balanço



Entre a data do balanço e a data da autorização para emissão das demonstrações financeiras não existem informações adicionais acerca de condições que existiam à data de balanço, pelo que não foram efetuados ajustamentos das quantias reconhecidas nas presentes demonstrações financeiras.

9. Imposto sobre o rendimento

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenha havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos.

A Direção entende que as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras nos anos subsequentes.

9.1. Principais componentes de gastos/rendimentos de impostos

9.2. Relacionamento entre gastos/rendimentos de impostos e lucro contabilístico

10. Instrumentos financeiros

10.1. Bases de mensuração

É política da associação reconhecer um ativo, um passivo financeiro ou um instrumento de capital próprio apenas quando se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.

10.2. Ativos e passivos financeiros

Não Aplicável

10.3. Diferimentos

Não Aplicável

10.4. Instrumentos de capital próprio

No decurso do exercício ocorreram os seguintes movimentos nas várias rubricas de Fundos Patrimoniais:

Fundos Patrimoniais	2023			
	Inicial	Reforço	Diminuições	Final
Resultados Transitados	30.542,24	10.586,62		41.129,06
Resultado Líquido do Período	10.586,62	27.371,72	10.586,62	27.371,72

11. Outras informações**11.1. Imparidades acumuladas de dívidas a receber****11.2. Fornecimentos e Serviços Externos**

Em 31.12.2023 e em 31.12.2022 as rubricas de “Fornecimentos e serviços externos” apresentavam a seguinte composição:

Fornecimento e serviços externos	2023	2022
Serviços Especializados	20.666,40	19.848,24
Vigilância e segurança		139,37
Honorários	19.587,20	17.996,50
Conservação e reparação	72,15	29,97
Materiais	5.498,92	2.782,55
Energia e Fluidos	592,52	603,64
Serviços diversos	2.726,09	1.929,14

11.3. Gastos com pessoal

Os gastos com pessoal ascenderam a 59.883,54 euros.

11.4. Outros rendimentos

Não Aplicável

11.5. Outros gastos

Não Aplicável

11.6. Juros, dividendos e outros rendimentos similares

Não Aplicável

12. Remunerações dos órgãos sociais

Durante o exercício económico os órgãos sociais (Mesa da Assembleia Geral, Direção, Direção de Projetos e Conselho Fiscal) não auferiram qualquer remuneração, nomeadamente senhas de presença, ajudas de custos e compensação pela utilização da sua própria viatura.

Guarda, 26 de abril de 2023

A Direção

António Manuel Jesus Fonseca
Liliana Patrícia Martins Rebelo
Luís F. Remédios Rodrigues Tunes
Sebastião António Gonçalves

O Contabilista Certificado

[Assinatura]

Demonstração Resultados (SNC ESNL)

253 APAFID

6300-678 Guarda

509765637

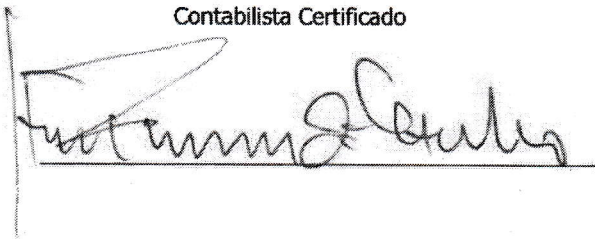
RUBRICAS	NOTAS	PERIODOS	
		2023	2022
Vendas e serviços prestados		62.678,98	34.323,40
Subsídios,doações e legados à exploração <i>← detalhar</i>		56.414,70	37.619,38
Trabalhos para a própria entidade			
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas			
Fornecimentos e serviços externos <i>(revendas)</i>		29.933,93	25.163,57
Gastos com o pessoal		59.883,54	37.312,73
Imparidade de inventários (perdas/reversões)			
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)			
Provisões (aumentos/reduções)			
Provisões específicas (aumentos/reduções)			
Outras imparidades (perdas/reversões)			
Aumentos/reduções de justo valor			
Outros rendimentos e ganhos			2.213,80
Outros gastos e perdas		1.032,78	227,01
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		28.243,43	11.453,27
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		866,45	866,45
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		27.376,98	10.586,82
Juros e rendimentos similares obtidos			
Juros e gastos similares suportados		5,26	
Resultado antes de impostos		27.371,72	10.586,82
Imposto sobre o rendimento do período			
Resultado líquido do período		27.371,72	10.586,82

Guarda, 30 de março de 2024

↓
R. Transiteados

Contabilista Certificado

O Representante Legal





Balanço (SNC ESNL)

253 APAFID
6300-678 Guarda
509765637

[Handwritten signatures and initials]

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2023	2022
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis		722,30	1.588,75
Bens património histórico e cultural			
Propriedades de investimento			
Activos intangíveis			
Investimentos financeiros		273,49	217,99
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros			
Activo corrente			
Inventários			
Clientes		7.212,15	37,20
Adiantamentos a fornecedores			
Estado e outros entes públicos			
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros			
Outras contas a receber		12.531,91	13.555,00
Diferimentos		193,30	64,81
Outros activos financeiros			
Caixa e depósitos bancários		58.682,00	52.655,94
Total do activo ...		79.615,15	68.119,69
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Capital próprio			
Fundos			
Excedentes técnicos			
Reservas			
Resultados transitados		41.129,06	30.542,24
Excedentes de revalorização			
Outras variações nos fundos patrimoniais			
Resultado líquido do período		27.371,72	10.586,82
Total dos fundos patrimoniais...		68.500,78	41.129,06
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões			
Provisões específicas			
Financiamentos obtidos			
Outras contas a pagar			
Passivo corrente			
Fornecedores			356,48
Adiantamentos de clientes			
Estado e outros entes públicos		1.618,46	2.418,79
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros			3,35
Financiamentos obtidos			
Diferimentos			18.711,00
Outras contas a pagar		9.495,91	5.501,01
Outros passivos financeiros			
Total do passivo...		11.114,37	26.990,63
Total dos fundos patrimoniais e do passivo ...		79.615,15	68.119,69